

RETROCESSO

Ingerência política só prejudica o andamento dos serviços na DESO

Na contramão do caminho para estabelecer critérios de eficiência na formação de profissionais capacitados oriundos de seu próprio quadro funcional, o Governo do Estado deveria investir na criação de ferramentas que evitassem a ingerência política na gestão técnica. Em vez de incentivar a prata da casa, este mesmo governo, que adora rotular servidor, diante da mídia, de ineficientes, sempre que pode, intervém de forma negativa na Deso, mostrando claramente que não há nenhum interesse em moralizar esta estatal.

Ao abrir espaço para indicações políticas dentro da Deso, essa medida compromete severamente a Companhia e a qualidade do serviço público a ser ofertado à população. Primeiro porque, pelo critério do apadrinhamento político, nunca se sabe quais tipos de "contrapartidas" este servidor irá ter que oferecer ao seu protetor; segundo, que esses apadrinhados, em sua maioria, não detêm o mínimo de conhecimento técnico para exercer as funções para a qual foi indicado. E o pior, geralmente, esses apadrinhados já entram na Companhia na condição de "chefes", prestando satisfação somente

àquele que lhe deu a colocação. Por fim, como não faz parte do quadro efetivo da Deso, esses protegidos, ressalvadas as exceções, costumam destilar toda a sua ira nos profissionais que estão sob o seu comando, advindo daí toda sorte de assédio moral, comprometendo ainda mais a qualidade dos serviços.

Vejamos o caso prático da cidade de Itabaiana, onde, por indicação ou imposição de um "cacique político" forte na Assembleia Legislativa do Estado, destituiu-se um funcionário, com conhecimento pleno do serviço e reconhecido em toda área onde atuava (no caso, a área comercial, um ponto sensível da Companhia), para em seu lugar colocar esse outro indicado político.

O SINDISAN, então, questiona: há seriedade neste tipo de nomeação? Será que há algum interesse, por parte deste cacique político, que a Deso saia definitivamente da crise de credibilidade em que se encontra perante a sociedade, crise esta causada por estes mesmos que fazem estas indicações?

Por outro lado, a alta direção da Deso nunca questiona nada, simplesmente abaixa a cabeça e acata tudo que vem



dos poderes políticos. Nunca enfrenta essa realidade e mostra os malefícios dessas nomeações, a maioria altamente prejudicial ao bom andamento da gestão pública. Impossível melhorar algo nessas condições.

Juizes do TST apontam 50 'lesões' em projeto de reforma trabalhista

Dezessete dos 27 juizes que compõem o Tribunal Superior do Trabalho (TST), incluindo dois ex-presidentes (João Oreste Dalazen e Antônio José de Barros Levenhagen), posicionaram-se contra o projeto de lei (PLC 38) de reforma trabalhista, apontando 50 "lesões" a direitos. O documento foi entregue no dia 24 ao presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE), e protocolado no gabinete do relator do texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Principal Corte trabalhista do país ratifica sua visão contrária à reforma do governo, contrariando inclusive o presidente do

TST, Ives Gandra Filho.

"A grande preocupação dos ministros do TST que subscrevem este documento é com o fato de o PLC n. 38/2017 eliminar ou restringir, de imediato ou a médio prazo, várias dezenas de direitos individuais e sociais trabalhistas que estão assegurados no País às pessoas humanas que vivem do trabalho empregatício e similares", afirmam os magistrados.

Apenas a "ampla autorização" para a terceirização de serviços, afirmam, "produz uma significativa redução do patamar civilizatório mínimo fixado pela ordem jurídica trabalhista vigente no Brasil".

O documento, de sete páginas, cita

ponto a ponto direitos que estariam expostos à redução ou eliminação, como horas in itinere (no percurso para o trabalho), "pactuação genérica" do regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, período de uma hora de refeição, entre outros, além de questões como aumento do trabalho em tempo parcial.

Segundo os juizes, o PLC 38 atinge não apenas o Direito individual e coletivo do Trabalho, mas também o Direito processual, restringindo o acesso da população à Justiça, especialmente pessoas "simples e pobres".

(Com informações da Agência Senado)

COHIDRO

Contrato de vigilância ignora segurança dos operadores de bombas

O recente contrato firmado entre a Cohidro e uma nova empresa de segurança pareceu-nos, digamos, meio capenga. E por que fazemos essa afirmação? Como chegou ao nosso conhecimento, a contratação contempla os escritórios regionais apenas nos turnos da manhã e tarde, esquecendo do horário mais crucial, onde geralmente acontecem mais furtos, que é o turno da noite.

Esqueceram também – e, pensamos, que foi um erro grave – dos operadores das Casas de Bombas, que trabalham de forma isolada, noite e dia, em áreas totalmente ermas e longínquas, desempenhando suas funções relevantes para que não pare o bombeamento de água. Sabemos que todos os trabalhadores merecem e devem trabalhar com segurança. Absolutamente, área nenhuma deve ser preterida por parte dos gerentes da Autarquia.

E assinando esse contrato “meia boca”, ao invés de trazer solução e satisfação para todo o conjunto dos trabalhadores da Cohidro, faz o contrário: somente gera discórdia e insatisfação por parte daqueles que sempre clamaram por segurança e nunca foram atendidos. Ouvimos rumores que o contrato “capenga” foi assinado desta forma por falta de verbas que contemplassem todas as áreas consideradas inseguras, porém, pensamos que o quesito segurança jamais deve ser postergado por motivo algum, por mais que a atual direção queira justificar, pois estamos mexendo com vidas humanas, e aí não existe dinheiro que possa mensurar o quanto vale uma vida. Não se pode priorizar patrimônio em detrimento das pessoas.

Damos uma dica a direção da Cohidro: por que não diminuir as verbas empregadas em locação de carros que, muitas vezes, como bem sabemos, não são usados para os fins que deveriam ser, ou seja, para uso exclusivo em serviço, mas são usados unicamente para este ou aquele chefe, que naturalmente já os julga ser de sua propriedade?

SECA EM SERGIPE

Assembleia realiza debate sobre escassez hídrica

Promovido pela deputada estadual Ana Lúcia, do PT, a Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) promoveu no último dia 19, um amplo debate, em audiência pública, sobre “Escassez Hídrica e a Seca em Sergipe”. O evento, que contou com a participação de diversos atores envolvido com a área de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, teve por palestrante principal o presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), Vladimir Caramori Borges de Souza. Dirigentes do SINDISAN e trabalhadores da Deso participaram do debate.

Durante a audiência pública, Vladimir Caramori, que também é doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e professor da Universidade Federal de Alagoas, destacou principais alternativas para suprir o impacto permanente gerado pelas questões climáticas no Brasil, e em especial, a seca na região Nordeste.

Numa rica exposição, contemplada com recursos visuais de gráficos e imagens reais sobre às questões climáticas relativas aos fenômenos climáticos, a exemplo de enchentes, vazões de mananciais, e a efetivação da seca; exposição demonstrou ainda, dados estatísticos sobre consumo hídrico da população da região nordeste e especificamente, do Estado de Sergipe. Diante do cenário apresentado em palestra – a qual fez comparativo do uso dos recursos hídricos entre os Estados do Ceará e Paraíba e São Paulo – o presidente da ABRH pontuou ainda sobre melhor atuação da gestão pública, com ações permanentes e não somente emergenciais, e ainda asseverou sobre atuação da população, pelas mudanças de hábitos, para ideal consumo hídrico consciente.

As alternativas para garantir segurança hídrica foram destacadas para mitigar os efeitos da seca foram salientadas pelo presidente da ABRH. “Independente de questão climática, qual medida tomou o gestor público para atuar no momento de crise hídrica? Se a oferta é decrescente, a demanda é sempre crescente. O que é que o gestor poderá fazer hoje para demanda cada vez maior para amanhã?”, indagou Caramori, enfatizando o papel especial da população no contexto da questão da crise hídrica, como consumo consciente do uso da água. “Porque uma pessoa em Aracaju gasta 150 litros/dia de uso de água e em Campina Grande o consumo diário de uma pessoa é de 100 litros, por exemplo?”.

Consumo consciente

Secretário de Estado do Meio ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe (Semarh), Olivier Chagas também frisou a importância de a população auxiliar na redução do consumo da água, de forma mais consciente. “Fechar a torneira, evitar o desperdício. Não há segredo algum, de que apenas tomemos mais cuidado no uso da água. Os recursos hídricos, o consumo consciente, a economia de bem natural é um compromisso de todos”, deixou a mensagem, Olivier Chagas.

Fazendo parte do dispositivo, o superintendente de Sistemas Regionais de Água da Deso, Carlos Anderson Pedreira, na oportunidade do fórum de discussões, apresentou diagnóstico crítico sobre a escassez da água. Salientou que a empresa assiste, com o fornecimento de recursos hídricos, 73 municípios do Estado. Ressaltou que alguns municípios sergipanos, hoje, superaram a estiagem, a exemplo de Cristinápolis e Umbaúba, região Sul do Estado, que passaram por situação crítica devido à ausência de chuvas.



▲ Audiência pública atraiu muitas entidades interessadas no debate sobre a escassez de água no estado

COHIDRO | CANINDÉ

Reforma do Escritório foi alegria que durou pouco

O SINDISAN até recebeu com bastante satisfação a notícia de que havia começado as obras de reformas no Escritório da cidade de Canindé do São Francisco, pois pensamos que a atual Direção, independentemente das relações políticas envolvidas, é diferente da direção Anterior, realmente tem outra visão da real importância da Companhia para a população sergipana. Porém, citando velhos e sábios bordões de antigamente, existe um que diz que “alegria de pobre dura pouco”. O fato durou pouco mesmo.

Do mesmo jeito que começou, lentamente, sem definição dos propósitos, agora a obra se encontra totalmente parada, abandonada, sem mão de obra alguma presente, entregue ao léu, e tudo que foi feito começa a se deteriorar. E o pior, sem explicação sobre o porquê da paralisação.

Pensamos que antes de se come-

çar alguma obra, seja ela de grande ou pequeno porte, o que se deve fazer antes de tudo, é um planejamento absoluto de sua execução, no tocante a prazos, aporte financeiro e entrega final.

Pelo jeito, houve falha neste processo, mas sabemos que é possível que tudo venha a ser revisto e corrigido em tempo hábil.

O que não podemos é aceitar como normal este tipo de ocorrência, que só depõem contra a Administração Pública, que tanto é criticada pela população, que sabidamente afirma que se as verbas aplicadas nessas obras tivessem como origem o bolso dos gestores, certamente elas jamais sofreriam paralisações descabidas e inexplicáveis.

Então, em nome da seriedade e do compromisso com a coisa pública, aguardamos as respostas cabíveis para o caso.



▲ Debate sobre a Deso, em escola de Socorro.

SINDISAN amplia diálogo sobre privatização da Deso

A direção do SINDISAN tem procurado ampliar o debate com a sociedade sobre as consequências danosas para os sergipanos uma possível privatização das Deso. Além de visitas às Câmaras de Vereadores (na última semana, foram feitos debates em Arauá, Feira Nova, Nossa Senhora de Lourdes e Cedro de São João), dirigentes do sindicato estão indo

às escolas, dialogar com professores, alunos e pais de alunos.

O presidente Sérgio Passos já esteve no Colégio Ágape, e os companheiros Sílvio Sá e Rilda Ferreira estiverem, no dia 26, na Escola Estadual Alfredo Monte, no município de Nossa Senhora do Socorro (confira na foto), sempre com uma platéia atenta e curiosa sobre o tema.

CRÍTICA

HONORÁVEIS BANDIDOS!

Os últimos acontecimentos políticos no Brasil são de envergonhar todos nós brasileiros honestos, trabalhadores que pagam seus impostos. É tanta sujeira e corrupção no meio político e empresarial que alimentam as crises política e econômica, e o prejuízo acaba sempre quebrando nas costas dos trabalhadores e nas massas mais humildes deste país.

Um governo sem rumo, sem direção, com projetos megalomânicos, de um psicopata. E só quem paga é a classe trabalhadora, o proletariado, as camadas mais pobres.

Um país que deixa um banco como o BNDES, que tem dinheiro do povo, a se tornar um antro de roubo e corrupção.

Que moral tem este covil de lobos que financia a privatização do patrimônio do povo sergipano e brasileiro para empresários bandidos?

Não há mais como ter paciência! Rebele-se pela liberdade e pela democracia através da luta de classes. E que o poder seja realmente emanado do povo e que por ele seja exercido.

Viva o povo brasileiro!

ELEIÇÃO

Assembleia escolhe Comissão Eleitoral

No último dia 20/5, foi realizada uma Assembleia Extraordinária, na sede do sindicato, para a escolha da Comissão Eleitoral (CE) que conduzirá o processo de eleição para a direção do SINDISAN, referente ao triênio 2017/2020.

Depois dos debates, foram apresentados os nomes dos companheiros da CE, sendo eleito pela maioria dos presentes. A Comissão Eleitoral ficou com a seguinte formação: Raimundo José Cardoso Filho, Aécio Ferreira da Silva, Fernando Santana do Couto, Edson Santana Costa, Thales Wilson Santana dos Santos.



Foto: Tiago Macambira/Jornalistas Livres

▲ Em dia histórico, trabalhadores de todo o Brasil ocuparam a Capital Federal e mostraram força

FORA TEMER

Contra reformas da morte e por "Diretas já!", 200 mil ocupam Brasília e sofrem repressão

Mesmo com a repressão e a violência policial, mais de 200 mil trabalhadores de todo o país ocuparam a Capital Federal na quarta-feira, 24/5, para pressionar o Congresso Nacional a paralisar a tramitação das reformas Trabalhista e da Previdência.

O ato convocado unitariamente pela CUT e demais centrais sindicais e movimentos sociais, refletiu dentro do Congresso e a bancada de oposição ao ilegítimo Michel Temer (PMDB) chegou a ocupar a mesa da presidência da Câmara dos Deputados.

Já nas imediações do Congresso, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, apontou essa como a maior marcha sobre a capital federal e destacou que mais uma Greve Geral deve vir por aí. "Deram um golpe e não conseguem completar, o que significa fazer as reformas Trabalhista e da Previdência. Esse é o passo inicial da maior guerra que faremos contra esses golpistas para derrubar essas reformas, vamos fazer uma greve geral maior do que fizemos no dia 28", dis-

se Freitas.

O dirigente ressaltou ainda a importância da CUT neste cenário e a necessidade da unidade da classe trabalhadora contra os retrocessos. "Se não conseguem entregar nossos direitos e discutir uma ditadura no Brasil é porque tem a CUT e seus sindicatos fazendo a luta. Essa foi a maior marcha da história dos trabalhadores no Brasil, trouxemos mais de 200 mil por Diretas Já e precisamos levar essa luta para o cotidiano do país", apontou.

TEMER NAS CORDAS

Incapaz de responder democraticamente às mobilizações e sem respaldo moral e político, o golpista Temer baixou uma AGA (Ação de Garantia da Ordem) autorizando o Exército a fazer a segurança do Distrito Federal até o dia 31 de maio, em episódio que remonta aos tempos obscuros da ditadura militar. Como foi duramente criticado por várias entidades da sociedade civil e pela oposição, Temer revogou a AGA no dia seguinte.

(Matéria do site da CUT)

DIREITOS

Temer é denunciado às Nações Unidas por violações e repressão

Na tarde da última quinta-feira (25), as deputadas federais Maria do Rosário (PT-RS), Luiza Erundina (PSOL-SP) e o deputado federal Paulão (PT-AL) entregaram ao coordenador residente do Sistema das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Niki Fabiancic, documento que relata violações de direitos humanos ocorridas no governo Temer.

A carta-denúncia centra-se nas repressões ocorridas no ato em Brasília, no Decreto autorizando o uso das Forças Armadas – revogado, posteriormente – e na chacina do sul do Pará, ambos os casos ocorridos no último dia 24. O texto assinado por parlamentares, artistas, entidades e sociedade civil pede que a ONU envie observadores internacionais para averiguação dos fatos.

"O governo Temer utilizou as Forças Armadas e o Estado contra o povo brasileiro, a liberdade de manifestação, de organização e de expressão de um povo", afirmou Maria do Rosário, deputada federal (PT-RS) e ex-ministra dos Direitos Humanos. Segunda ela, no plano da denúncia internacional este é apenas o primeiro passo.

O coordenador da ONU no Brasil se comprometeu em enviar o documento para o Alto Comissariado das Nações Unidas em Genebra para que sejam investigadas as violações de Direitos Humanos. A carta, endossada por sindicatos, movimentos sociais, artistas e intelectuais, estará disponível na internet para que brasileiros e brasileiras possam assinar. O processo de coleta de assinaturas ainda está em aberto.

(Matéria do site da CUT)